

COOPECREDI GUARIBA COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Milhares de Reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		1.330.185	1.178.400
DISPONIBILIDADES		3.366	2.335
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5	1.276.882	1.123.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		32.593	77.238
Títulos e Valores Mobiliários	6	124.116	90.026
Relações Interfinanceiras	4	628.163	526.420
Centralização Financeira		628.163	526.420
Operações de Crédito	7	479.151	420.987
Outros Ativos Financeiros	8	12.858	8.370
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8.1	(10.813)	(9.830)
(-) Operações de Crédito		(9.330)	(8.198)
(-) Outras		(1.483)	(1.632)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	826	458
OUTROS ATIVOS	10	5.759	11.589
INVESTIMENTOS	11	40.714	38.147
IMOBILIZADO DE USO	12	17.712	17.205
INTANGÍVEL	13	822	593
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(5.083)	(5.137)
TOTAL DO ATIVO		1.330.185	1.178.400
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.330.185	1.178.400
DEPÓSITOS	14	725.679	639.730
Depósitos à Vista		146.883	126.668
Depósitos Sob Aviso		620	1.708
Depósitos à Prazo		578.176	511.354
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		215.967	172.465
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	211.373	150.623
Relações Interfinanceiras	16 a.	3.695	16.673
Repasses Interfinanceiros		3.695	16.673
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16 b.	240	242
Outros Passivos Financeiros	17	659	4.926
PROVISÕES	19	6.401	5.937
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	797	728
OUTROS PASSIVOS	21	18.670	13.748
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		362.671	345.793
CAPITAL SOCIAL	22 a)	122.285	117.350
RESERVAS DE SOBRAS	22 b)	225.297	214.545
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22 c)	15.089	13.898
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.330.185	1.178.400

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO
(Em Milhares de Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.255	33.782
Operações de Crédito	24	22.224	21.989
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		6.881	1.924
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		900	3.200
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.250	6.669
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25	(10.750)	(14.597)
Operações de Captação no Mercado		(9.426)	(9.091)
Operações de Empréstimos e Repasses		(154)	(5.393)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.170)	(113)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.505	19.185
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(6.914)	(5.784)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	1.640	1.217
Rendas de Tarifas	27	156	204
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(7.147)	(6.322)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(5.003)	(3.996)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(196)	(161)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	4.492	3.728
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(856)	(454)
PROVISÕES	32	(432)	140
Provisões/Reversões para Contingências		(326)	10
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(106)	130
RESULTADO OPERACIONAL		15.159	13.541
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	1.167	2.934
Lucros em Transações com Valores e Bens		859	3
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(13)	(1.021)
Ganhos de Capital		1	1
Reversão de Provisões Não Operacionais		-	4.007
Outras Rendas Não Operacionais		338	2
(-) Perdas de Capital		-	(1)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(18)	(57)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		16.326	16.475
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(474)	(6)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(289)	(3)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(185)	(3)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(763)	(700)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		15.089	15.770
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		15.089	15.770

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
(Em Milhares de Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		15.089	15.770
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		15.089	15.770

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPCREDI GUARIBA COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPCREDI
 CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em Milhares de Reais)

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		110.997	(5)	50.991	2.327	12.600	13.960	190.870
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		106	4	-	-	-	-	110
Por Devolução (-)		(2.153)	-	-	-	-	-	(2.153)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	15.770	15.770
Saldos em 30/06/2020		108.950	(1)	50.991	2.327	12.600	29.730	204.595
Saldos em 31/12/2020		117.350	-	60.880	2.356	151.310	13.898	345.794
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Constituição de Reservas		-	-	3.800	-	2.354	(6.154)	-
Distribuição de sobras para associados		6.423	-	-	-	-	(10.098)	(3.675)
Constituição de reservas por Incorporações		-	-	9.307	-	-	-	9.307
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		6.882	-	-	-	-	-	6.882
Por Devolução (-)		(8.370)	-	-	-	-	-	(8.370)
Reversões de Reservas		-	-	-	(2.356)	(2.354)	2.354	(2.356)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	15.089	15.089
Saldos em 30/06/2021		122.285	-	73.987	-	151.310	15.089	362.671

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA COOPERATIVA DE CREDITO
SICOOB COOPECREDI
CNPJ: 44.469.161/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Milhares de Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		16.326	16.475
Distribuição de Sobras e Dividendos		(1.006)	(1.375)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1.170	113
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		106	(130)
Provisões/Reversões Não Operacionais		-	(4.007)
Provisões/Reversões para Contingências		326	(10)
Atualização de Depósitos em Garantia		(32)	(385)
Depreciações e Amortizações		642	418
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		17.532	11.099
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		44.645	90.805
Títulos e Valores Mobiliários		(34.090)	(13.990)
Operações de Crédito		(58.314)	25.708
Outros Ativos Financeiros		(4.494)	146.794
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(369)	(20)
Outros Ativos		5.829	(2.859)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		20.215	39.493
Depósitos sob Aviso		(1.088)	(234)
Depósitos à Prazo		66.822	132.184
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		60.749	(77.265)
Relações Interfinanceiras		(12.979)	(111.434)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(2)	4
Outros Passivos Financeiros		(4.267)	(1.552)
Provisões		33	(146.794)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		69	(463)
Outros Passivos		4.159	146.601
Imposto de Renda		(289)	(3)
Contribuição Social		(185)	(3)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		103.976	238.071
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		366	970
Distribuição de Sobras da Central		640	404
Aquisição de Intangível		(212)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.220)	(2.156)
Aquisição de Investimentos		(2.566)	(1.475)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(2.992)	(2.257)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		6.882	109
Devolução de Capital à Cooperados		(8.370)	(2.153)
Distribuição de sobras para associados		(3.675)	-
Aumento nas reservas por incorporações		9.307	-
Reversões de Reservas		(2.356)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		1.788	(2.044)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		102.772	233.774
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		528.756	410.830
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		631.528	644.604
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		102.772	233.774

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021****1. Contexto Operacional**

A **COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB COOPECREDI**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/09/1975**, filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPECREDI**, possui **8** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **JABOTICABAL - SP, TAQUARITINGA - SP, DUMONT - SP, PRADÓPOLIS - SP, MATÃO - SP, GUARIBA - SP, LENÇÓIS PAULISTA - SP.**

O **SICOOB COOPECREDI** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 09/07/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**a) Mudanças em Vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO junto a seus

associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados

pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB SP** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	3.365	2.335
Relações interfinanceiras - centralização financeira	628.163	526.420
TOTAL	631.528	528.756

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 30 de junho de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	6.881,00	1.924,00

(b) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	32.133	0	0	0
Ligadas Com Garantia	0	0	77.238	0
Aplicações Em Depósitos De Poupança	460	0	0	0
TOTAL	32.593	0	77.238	0

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	124.116	0	90.026	0
TOTAL	124.116	0	90.026	0

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB SP**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	132.215	120.290	252.505	115.244	95.373	210.617
Financiamentos	9.222	16.561	25.784	6.673	12.762	19.435
Financiamentos Rurais	170.994	29.869	200.863	176.118	14.816	190.935
Total de Operações de Crédito	312.431	166.720	479.151	298.035	122.952	420.987
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.612)	(3.718)	(9.330)	(5.213)	(2.985)	(8.198)
TOTAL	306.820	163.002	469.822	292.822	119.966	412.789

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020		
								AA	-
A	0,5%	Normal	72.453	3.422	58.730	134.605	(673)	127.788	(639)
B	1%	Normal	39.591	11.191	53.488	104.270	(1.043)	159.731	(1.597)
B	1%	Vencidas	7	0	0	7	0	0	0
C	3%	Normal	73.373	9.020	34.832	117.226	(3.517)	65.557	(1.967)
C	3%	Vencidas	126	0	0	126	(4)	48	(1)
D	10%	Normal	8.624	382	3.499	12.505	(1.250)	13.464	(1.346)
D	10%	Vencidas	13	0	0	13	(1)	4	0
E	30%	Normal	541	0	0	541	(162)	2.533	(760)

E	30%	Vencidas	5	0	0	5	(1)	96	(29)
F	50%	Normal	170	0	0	170	(85)	251	(125)
F	50%	Vencidas	0	0	0	0	0	5	(3)
G	70%	Normal	0	0	0	0	0	35	(24)
G	70%	Vencidas	742	0	0	742	(519)	0	0
H	100%	Normal	1.370	73	274	1.717	(1.717)	1.089	(1.089)
H	100%	Vencidas	356	0	0	356	(356)	617	(617)
Total Normal			251.258	25.784	200.863	477.904	(8.448)	420.216	(7.548)
Total Vencidos			1.247	0	0	1.247	(882)	770	(650)
Total Geral			252.505	25.784	200.863	479.151	(9.330)	420.987	(8.198)
Provisões			(6.321)	(511)	(2.498)	(9.330)		(8.198)	
Total Líquido			246.184	25.273	198.365	469.822		412.789	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	80.394	51.821	120.290	252.505
Financiamentos	2.231	6.991	16.561	25.784
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	37.635	133.359	29.869	200.863
TOTAL	120.259	192.172	166.720	479.151

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	46.849	3.465	0	50.314	11%
Setor Privado - Indústria	52.638	5.802	0	58.440	12%
Setor Privado - Serviços	34.125	9.012	0	43.137	9%
Pessoa Física	85.329	7.371	197.064	289.764	60%
Outros	33.584	133	3.799	37.516	8%
TOTAL	252.525	25.784	200.863	479.171	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	8.198,00	7.591,00
Constituições/Reversões no período	1.831,00	1.194,00
Transferência para Prejuízo no período	(699,00)	(587,00)
Saldo Final	9.330,00	8.198,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	27.043	6%	26.130	6%
10 Maiores Devedores	111.447	23%	94.412	22%
50 Maiores Devedores	257.168	53%	221.407	52%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	8.961,00	8.527,00
Valor das operações transferidas no período	699,00	587,00
Valor das operações recuperadas no período	(1.077,00)	(153,00)

Descontos concedidos nas operações recuperadas	(11,00)	-
Saldo Final	8.572,00	8.961,00

h) Operações renegociadas:

Em **30/06/2021** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 3.054**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	112	0	75	0
Rendas a Receber (b)	152	0	130	0
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	1.490	5.067	425	1.509
Títulos e Créditos a Receber (d)	855	351	911	499
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0	4.830	0	4.822
TOTAL	2.610	10.249	2.026	6.830

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas a receber - cartões (R\$ 109) e outros (R\$ 3);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: com característica de concessão de crédito (R\$ 1.186) e outros (R\$ 20);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$ 633), Cofins (R\$ 3.312) e outros (R\$ 885);

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante

Provisões para Avais e Fianças Honrados	(102,00)	-	(64,00)	-
Outros Créditos	(776,00)	(605,00)	(1.292,00)	(276,00)
Total	(878,00)	(605,00)	(1.356,00)	(276,00)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	0	0	324	324		378	
A 0,5% Normal	0	0	4.036	4.036	(20)	1.190	(6)
B 1% Normal	0	0	1.852	1.852	(19)	0	0
D 10% Normal	210	0	0	210	(21)	0	0
E 30% Normal	0	2	0	2	(1)	270	(81)
E 30% Vencidas	0	13	0	13	(4)	10	(3)
F 50% Vencidas	0	0	0	0	0	8	(4)
H 100% Normal	902	0	345	1.247	(1.247)	1.231	(1.231)
H 100% Vencidas	73	98	0	171	(171)	307	(307)
Total Normal	1.112	2	6.557	7.671	(1.308)	3.069	(1.318)
Total Vencidos	73	110	0	183	(175)	325	(314)
Total Geral	1.185	112	6.557	7.855	(1.482)	3.395	(1.632)
Provisões	(996)	(102)	(384)	(1.482)		(1.632)	
Total Líquido	189	10	6.173	6.373		1.762	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30/06/2021:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	826	0	458	0
TOTAL	826	0	458	0

10. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	3	0	4	0
Devedores Diversos – País (a)	26	0	24	0
Bens não de Uso Próprio	0	0	11.514	0
Material em Estoque	15	0	20	0
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	0	5.579	0	0
Despesas Antecipadas	137	0	26	0
TOTAL	180	5.579	11.589	0

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 25) e outros (R\$ 1);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

11. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB SP** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	25.366	23.166
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	15.338	14.972
Outras Participações	9	9
TOTAL	40.714	38.147

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		1.297	1.197
Terrenos		1.265	1.265
Edificações	4%	7.070	7.070
Instalações	10%	1.688	1.864
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.657	1.803
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.759	3.088
Sistema de Segurança	10%	292	234
Sistema de Transporte	20%	684	684
Total de Imobilizado de Uso		17.712	17.205
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(661)	(519)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(875)	(1.115)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.627)	(2.694)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(406)	(346)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(4.568)	(4.674)
TOTAL		13.144	12.531

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	811	583
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	11	11
Total de Intangível	822	593
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(515)	(464)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(515)	(464)
TOTAL	307	130

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros

remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	146.883	0	126.668	0
Depósito Sob Aviso	620	0	1.708	0
Depósito a Prazo	578.176	0	505.963	5.390
TOTAL	725.679	0	634.340	5.390

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	46.595	6%	139.565	22%
10 Maiores Depositantes	190.645	26%	251.354	39%
50 Maiores Depositantes	412.325	57%	399.831	62%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10)	(62)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.717)	(5.952)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.901)	(2.627)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(197)	0
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(600)	(450)
TOTAL	(9.426)	(9.091)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). *(se aplicável)*

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	16.454,00	-	13.424,00	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	194.919,00	-	121.059,00	16.140,00
Total	211.373,00	-	134.483,00	16.140,00

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	30/06/2021	31/12/2020
--------------	------	------------	------------

		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob		3.740	0	16.885	0
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	5,12 a.a.	(45)	0	(211)	0
TOTAL		3.695	0	16.673	0

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasse do País - Instituições Oficiais	51	189	242	0
TOTAL	51	189	242	0

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2021	30/06/2020
Banco Cooperativo do Brasil - Banco Sicoob	(150,00)	(5.389,00)
Outras Instituições	(4,00)	(4,00)
Total	(154,00)	(5.393,00)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	344	0	4.756	0
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	91	0	145	0
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	224	0	25	0
TOTAL	659	0	4.926	0

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Ordens de pagamento (R\$ 335) e outros (R\$ 9);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: IOF (R\$ 209) e outros (R\$ 15).

18. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB COOPECREDI** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Provisões

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	519	198	477	134
Provisão Para Contingências	0	5.685	5.326	0
TOTAL	519	5.883	5.803	134

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	44.087,00	35.708,00

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	1.074,00	633,00	1.062,00	627,00
COFINS	3.312,00	3.312,00	3.296,00	3.296,00
Trabalhistas	424,00	10,00	80,00	29,00
Outras Contingências	875,00	875,00	888,00	870,00
Total	5.685,00	4.830,00	5.326,00	4.822,00

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPECREDI**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 34. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	130	0	0	0
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	21	0	21	0
Impostos e Contribuições sobre Salários	536	0	534	0
Outros	109	0	173	0
TOTAL	797	0	728	0

21. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	13.849,00	-	9.037,00	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	669,00	-	1.090,00	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.631,00	-	1.927,00	-
Credores Diversos – País (b)	1.324,00	-	1.601,00	-
Rendas Antecipadas	198,00	-	91,00	-
Total	18.671,00	-	13.746,00	-

(a) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 2.228) e outros (R\$ 403);

(b) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$ 132), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 263), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 923).

21.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	764	0	1.574	0
Resultado de Atos com Associados (a)	1.757	0	1.783	0
Resultado de Atos com não associados	2.874	0	2.874	0
Cotas de Capital a Pagar (b)	8.218	0	2.571	0
Fundos Voluntários	236	0	236	0
TOTAL	13.849	0	9.037	0

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	122.285	117.350
Associados	8.352	7.910

b) Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação para a Reserva Legal é de 25%.

c) Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita de prestação de serviços	135	203
Despesas específicas de atos não cooperativos	(403)	568
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(42)	(50)
Resultado operacional	(310)	721
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(365)	2.935
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(416)	3.650

24. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	27	72
Rendas de Empréstimos	12.903	11.690
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.838	2.183
Rendas de Financiamentos	1.092	566
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	5.138	1.310
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	96	173
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	153	5.361
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	0	239
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	976	396
TOTAL	22.224	21.989

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas De Captação	(9.426)	(9.091)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(154)	(5.393)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.894	4.027
Reversões de Provisões para Outros Créditos	243	365
Provisões para Operações de Crédito	(5.175)	(4.421)
Provisões para Outros Créditos	(132)	(84)
TOTAL	(10.750)	(14.597)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	895	750
Rendas de Garantias Prestadas	61	2
Rendas de Outros Serviços	684	466
TOTAL	1.640	1.217

27. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	0	0
Rendas de Serviços Prioritários - PF	39	53
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	0	0
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	117	151
TOTAL	156	204

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(28)	(25)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(830)	(601)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(127)	(633)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.642)	(1.347)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.520)	(3.716)
TOTAL	(7.147)	(6.322)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(129)	(116)
Despesas de Aluguéis	(196)	(122)
Despesas de Comunicações	(240)	(234)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(97)	(59)
Despesas de Material	(61)	(47)
Despesas de Processamento de Dados	(722)	(495)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(40)	(19)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3)	(2)
Despesas de Publicações	(3)	(1)
Despesas de Seguros	(53)	(12)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(881)	(839)
Despesas de Serviços de Terceiros	(97)	(107)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(447)	(402)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(464)	(461)
Despesas de Transporte	(268)	(223)
Despesas de Viagem no País	(55)	(44)
Despesas de Amortização	(34)	(13)
Despesas de Depreciação	(608)	(405)
Outras Despesas Administrativas	(295)	(120)
Emolumentos judiciais e cartorários	(39)	(39)
Contribuição a OCE	(79)	(72)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(193)	(163)
TOTAL	(5.003)	(3.996)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	654	24
Dividendos	366	970
Deduções e abatimentos	5	9
Distribuição de sobras da central	640	404
Atualização depósitos judiciais	32	385
Rendas de repasses Del Credere	136	170
Outras rendas operacionais	2.434	1.498
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	226	267
Juros ao capital	0	0
TOTAL	4.492	3.728

31. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(36)	(393)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(2)	0
Outras Despesas Operacionais	(813)	(27)
Descontos concedidos - operações de crédito	(4)	(32)
Cancelamento - tarifas pendentes	(1)	(1)
TOTAL	(856)	(454)

32. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(326,00)	10,00
Provisões para Demandas Trabalhistas	(424,00)	-
Reversões de Provisões para Contingências	98,00	10,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(105,00)	130,00
Provisões para Garantias Prestadas	(459,00)	(174,00)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	354,00	304,00
Total	(431,00)	140,00

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	859	3
Ganhos de Capital	1	1
Reversão de Provisões não Operacionais	0	4.007
Outras Rendas não Operacionais	338	2
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(13)	(1.021)
(-) Perdas de Capital	0	(1)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(18)	(57)
Resultado Líquido	1.168	2.935

34. Resultado Não Recorrente

Conforme normativo interno sobre resultados não recorrentes, no primeiro semestre de 2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

35. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de **2021**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.697	48,78%	10
TOTAL	1.697	48,78%	10
Montante das Operações Passivas	38.698	430,34%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	25	1	110,03%
Financiamentos Rurais	8.364	40	416,39%
Empréstimos	2.513	19	112,71%
Financiamentos	186	4	72,12%
Direitos Creditórios Descontados	62	1	29,72%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.839	125,59%	0%
Depósitos a Prazo	26.301	454,41%	30,04%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	33.153	1568,45%	29,98%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	3	0,13%	21,4%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	135%	0
Empréstimos	115,7%	0
Financiamentos Rurais - repasses	97,11%	0
Aplicação Financeira - Pré Fixada	23,63%	0
Aplicação Financeira - Pós Fixada	10018,26%	0
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	6510,37%	0
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	21,41%	0

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	13,96%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	4,06%
Crédito Rural (modalidades)	43,51%
Aplicações Financeiras	430,34%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Garantida	72.401
Direitos Creditórios Descontados	62
Empréstimos	64.625
Financiamentos	406
Financiamentos - Rurais	
Financiamentos - Rurais - repasses	

e) No primeiro semestre de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021 (R\$)		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(858)	(626)

36. Cooperativa Central

A **COOPECREDI GUARIBA - COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB COOPECREDI**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB SP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB SP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPECREDI** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB SP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB SP**:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	628.163,00	569.464,00
Ativo - Investimentos	25.366,00	22.453,00
Total das Operações Ativas	653.529,00	591.917,00

37. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

37.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

37.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

37.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

37.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência - PR	362.363.577,17	345.662.908,21
Índice de Basileia - IB	37,62	42,33

GUARIBA-SP

Antônio Carlos Pongitor
Diretor Operacional
CPF: 074.205.448-91

Gabriel Baraldi Zolla
Contador 1SP293385

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do período findo em 30/06/2021 da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito, nome fantasia Sicoob Coopecredi, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 30 de junho de 2021, o Sicoob Coopecredi completou 46 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os associados. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

Em 30 de junho de 2021, o Sicoob Coopecredi obteve o resultado no montante de R\$ 15.089, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 4%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 628.163. Por sua vez a carteira de crédito representava o valor bruto de R\$ 479.151.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 200.863	42%
Carteira Comercial	R\$ 278.289	58%

Os 50 (cinquenta) Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 53% da carteira, no montante de R\$ 257.168.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 937.052, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 28%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 146.883	16%
Depósitos a prazo	R\$ 578.176	62%
Depósito sob aviso	R\$ 620	0%
LCA	R\$ 194.919	21%
LCI	R\$ 16.454	1%

Os 50 (cinquenta) Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 57% da captação, no montante de R\$ 412.325.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Coopecredi era de R\$ 362.364. O quadro de associados era composto por 8.352 associados, havendo um acréscimo de 11% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O Sicoob Coopecredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda Área de Controles Internos e Riscos centralizada no Sicoob São Paulo – Cooperativa Central, e Área de Auditoria Interna centralizada no Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo que emite relatórios levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são

acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa utiliza sua Política de Crédito, e outros manuais sistêmicos, pelo Centro Cooperativo Sicoob e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

Destacamos que, desde julho de 2018, o Sicoob Coopecredi aderiu a centralização contábil junto ao Sicoob São Paulo. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa proporcionar a padronização de processos, redução de custos, ganho de escala, bem como, garantir a segregação de função entre as áreas contábil e financeira.

Os mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

A maioria dos membros da diretoria executiva possuem a certificação de diretor do Sicoob e dos membros do conselho de administração possuem a certificação de conselheiros de administração do Sicoob.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2021, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Coopecredi aderiram, em 18 de setembro de 2007, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos associados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2021, a ouvidoria do Sicoob Coopecredi registrou 13 manifestações, sendo 10 de associados e 3 de não associados, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das 13 manifestações, 6 foram consideradas procedentes; as outras 7 manifestações foram consideradas improcedentes. Todas as manifestações foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, e aos nossos empregados pela dedicação e comprometimento.

Guariba/SP, 27 de agosto de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria